

***QUO VADIS OU VIAE TENEBRIS: A SOCIAL
DEMOCRACIA ENTRE A APORIA
REVOLUCIONÁRIA E A POÍESIS
REFORMISTA***

***QUO VADIS OR VIAE TENEBRIS: SOCIAL
DEMOCRACY BETWEEN
REVOLUTIONARY APORIA AND
REFORMIST POÍESIS***

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti¹

Antonio Carlos da Silva²

O ‘estado de exceção’ no qual vivemos
é a regra

Walter Benjamin.

Teses sobre o conceito de história.

A questão que se coloca, portanto, é até
que ponto o desdobramento do cenário
atual nos leva ou não a uma Ditadura?

Mauro Luis Iasi.

¹ Pós-doutora pela Universidad de Salamanca (Espanha) e Doutora em Humanidades pela Universidad de Leon (Espanha). Mestre em História Social pela PUC-SP. Docente investigadora dos programas de doutorado e mestrado em Políticas Sociais e Cidadania e Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Integrante do NEDH/UCSAL e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Portugal). Email: vanessa.cavalcanti@ucsal.br

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidad de Leon (Espanha) com pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Docente investigador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL). Email: antonio.c.silva@pro.ucsal.br

RESUMO

A História do Tempo Presente revela fortes tendência de assinalar ranços e avanços no que concerne o campo dos Direitos Humanos. Da mesma maneira que foram promovidas agendas, ações e abordagem jurídico-institucional, as dimensões sociais e econômicas também foram violadas. A pobreza e as múltiplas vulnerabilizações e exclusões não deixaram de estar em pauta. Neste contexto, o objetivo desse artigo é analisar, a partir da Teoria Crítica, se chegamos ao “ponto de mutação” ou se as crises apresentadas no último século não revelam desigualdades e processos de recrudescimento e caráter reformista. Com base na revisão historiográfica recente, o viés qualitativo e método histórico-dialético são focos da análise apresentada.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Tempo Presente; Direitos Humanos; Pobreza

Quo vadis: a maior de todas as violações de Direitos Humanos

As últimas décadas foram de intensos debates e agendas específicas em prol do desenvolvimento e justiça sociais. Discursos internacionais, ratificação por parte de inúmeros países, avanços em termos de ciência e tecnologia configuraram uma matemática positiva pró-ativa. A difusão e a promoção de/para os Direitos Humanos impuseram uma linha tênue sobre a ética, a crise e a determinação de um presente com olhos no futuro em constante embate com o passado.

No entanto, os “ranços” e as “crises” não deixam calar o ainda continuo questionar e o processo mais intenso que se matiza desde a Revolução Industrial: desenvolvimento social ou crescimento econômico? Não necessariamente nessa ordem e com equidade em ambas as fases e etapas. E a abordagem sobre capital humano e pobreza,

bem como promoção de direitos humanos, não parecem sempre um uníssono recapturar de um pretérito ainda presente?

Em janeiro de 2016, consoante agenda já estabelecida, tivemos a realização do Fórum Econômico Mundial (Davos/Suíça) e o Fórum Social Mundial (Porto Alegre/Brasil), representando dois polos do mesmo campo histórico. Eventos e reflexões tão separadas pelo próprio caminho do capital e da mercantilização da vida e da experiência humana. Já não atingimos o “ponto de mutação” (CAPRA, 1982), em rápida alusão à ideia de complexidade, interconexões e urgência de se pensar em abordagem sistêmica, e a compreensão necessária para realizar outro devir histórico que não tenha na lógica do capital a sustentação de nosso conhecimento?

Tudo isso vem coadunar com uma “espécie” de uma consciência universal acerca das desigualdades (consideradas aqui como uma das mais graves violações dos Direitos Humanos), da pobreza, da sustentabilidade e de uma crise substancial sem precedentes – incluindo impactos ambientais e humanos – e com forte tendência para planos, ações e projetos em prol da “erradicação” em esfera de política global e local (embora, sobretudo, em nível retórico).

Neste sentido, existem duas abordagens teóricas que tendem a marginalizar ou a questionar o papel do Estado nessa promoção de direitos humanos e redução da pobreza. “A primeira é a do antiestatismo, inerente às agendas neoliberal, garenialista e comunitária, cada uma das quais está, a seu modo, influenciando abordagens de redução da pobreza” (BRAATHEN & DEAN, 2003). Já

a segunda vertente conjuga uma reflexão crítica antiglobalização, caracterizando-se por uma complexa aliança entre diferentes facções que desafiam a ascendência global do capitalismo, da democracia liberal, da cultura ocidental e das teorias liberais do bem-estar (AMIN, 1997).

Como uma breve historiografia da contemporaneidade, autores marxistas (citados acima) foram os mais acirrados para o desenvolvimento de uma crítica sobre esse atual estágio, ainda incipiente, pois não buscavam a ruptura com a interpretação histórica, mas a confirmação de preceitos epistemológicos com abordagem da crise estrutural sem atentar à forma mercadoria (fetiche e alienação). (CAVALCANTI & SILVA, 2016)³. Isto significa que a Teoria Crítica enfatiza a mutação ocorrida entre a relação do sujeito com o seu trabalho, a possibilidade de “comercializar” o seu trabalho e, por conseguinte, transferir poder ao objeto em si; “a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

Seguindo essa assertiva, apropriamo-nos não só do conceito, mas das questões centrais do verbete elaborado por Eric J. Hobsbawm (1968, p. 398). A pobreza deverá ser entendida como processo que “sempre está de acordo com as convenções da sociedade onde ela está presente”. Isso não necessariamente converte ou indica a medição da

³ Vale revisitar, com base na abordagem de três autores contemporâneos – Anselm Jappé, Robert Kurz e István Mészáros – sobre a intrínseca relação com as categorias básicas da modernização capitalista: o fetiche do capital, a teoria do valor, a mercadoria e o dinheiro.

mesma dentro de uma sociedade como juízo de valor, muito menos em exercício subjetivo.

Podemos mudar os rumos? Basta uma decisão ética?

Há certo consenso na abordagem sobre o “fim da pobreza”, apesar da relação antagônica público/privado: trata-se de uma decisão política (reforma) e ética (revolução). Tal relação é confirmada pelo papel paradoxal do Estado no atual estágio do sistema de reprodução social do capital, que de órgão regulamentador e mediador social, assume relevância como responsável pela simulação de uma Economia Política sem substância (leia-se Valor) e mantenedor de uma estabilidade efêmera das relações contratuais jurídicas desta mesma sociedade.

A pobreza, para além da essência analítica categorial das Ciências Sociais e Humanas, sendo “concebida como o resultado da interação de agentes que respondem aos estímulos dessas estruturas que atuam em vários níveis de análise, incluindo o estatal, o mercado e o contexto internacional” (CIMADAMORE, 2003, p. 238).

Ademais, de qual pobreza estamos falando? Quando a diminuição das Humanidades e o reiterar de viéses extremados negociam educação, cultura, acesso à justiça e à cidadania ocupam assentos, territórios e leis, qual será mesmo o caminhar a tomar para promover dignidade, sustentabilidade e justiça social?

Desde as ondas revolucionárias do século XIX, a miséria, as desigualdades e as (in)justiças sociais foram colocadas à tona como

eixos fundantes de movimentos, pensamentos e práxis. Nas produções literárias, “os miseráveis” (HUGO, 2014) e “os excluídos da História” (PERROT, 2017) foram no período referenciado fortemente representados. Não só objeto de análises, mas sobremaneira, alvo de atenções e de urgências tanto para práxis quanto, ao não suplantarem as relações interdependentes entre o Estado e o Mercado, para *poíesis*.

A pobreza, entretanto, continua a ser alvo, observada como estrutura social do Tempo Presente em grandes dimensões e exigindo uma compreensão ampla de como as relações de poder influenciam as relações de produção/distribuição. Isso nos leva a outro ponto paradoxal: de que modo a pobreza pode ser definida como o resultado desse conjunto complexo de interações. “Esta forma de pensar, embora teoricamente útil, é criticada por aqueles que não admitem a existência de um Estado ou até de um Estado moderno ou Estado-nação” (CIMADAMORE, 2003, p. 241).

A preocupação é tão grande que, apesar de contraditórios e opostos, alguns críticos defendem firmemente a ideia de formas e de atuação dos Estados, seja baseado em matizes pluralista, predatório, do bem-estar ou vigilante (CAPORASO, 1996). Em algumas situações recentes, configura-se novamente como um Leviatã, cruel, temeroso (através de representantes ou condutas que controlam e vigiam as relações sociais de um território, por exemplo). A ideia de

monstruosidade⁴ e criação de exceção, quando a liberdade pode ser suprimida em detrimento de segurança.

Em contexto de dominações e violações aos Direitos Humanos, o Estado se responsabiliza pelas estruturas sociais peculiares, mutáveis e provedoras do controle e justiça sociais. Entretanto, o Estado pode ser “considerado parte fundamental do problema, mas também tornar-se parte da solução, dependendo da dinâmica de mudança nas relações de poder entre coalizões sociais e interesses opostos” (CIMADAMORE, 2003, p. 240).

O fulcral neste debate é compreender que a uma revolução teórica não é finita, ou seja, está em constante construção e, portanto, não atende ao sistema acadêmico esquematizado e tampouco ao método científico vigente. Em outras palavras, manter o processo de análise sob à égide do determinismo econômico para responder questões de cunho político e, sem sombra de dúvida, uma correspondente leitura positivista de mundo que não consegue abarcar o fenômeno da universalidade abstrata da forma mercadoria.

Em contextos diversos há muito mais do que supõe a vã filosofia fundada na querela de um mundo assistido pela organização política democrática e a lógica do mercado, buscando no fetiche, valor e mercadoria seus mais certos elementos e de “razão sangrenta” (CAVALCANTI & SILVA, 2015, p. 68).

Proclamava Joseph Stiglitz (2005) que o apoio global ao esforço para “fazer da pobreza coisa do passado” sinalizou momento de

4 Menção à exposição artística, difundida em 2018, através do título *Contra-natura – the Good, the Bad and the Monster*. Museu da Água, Coimbra, maio e junho de 2018.

provocações e reações, sem atentar para lógica do valor e empregar a teoria da crise do valor (atualmente entendida como teoria da dissociação-valor) (KURZ & SCHOLZ, 2015).

À luz dos recentes e contínuos acontecimentos - usurpação da autonomia e legitimidade dos Estados Nacionais, em intermináveis e alienáveis conflitos étnicos pela emancipação política, destacando o Leste Europeu, América Latina e continente africano - recorreremos à História, mais precisamente, aos anos efervescentes que motivaram os povos e iniciaram o processo, lento e contínuo, de erosão dos impérios e promoveram o acirrado debate entre o Socialismo (representado, neste particular, pela Social Democracia) e o Liberalismo - desde meados do século XIX ao conturbado e imponente século XX - para justificar a nossa assertiva sobre a leitura crítica não desvinculada da lógica positivista (HUNT, 2009; HOBBSBAWM, 2012 e 2013).

Stiglitz assevera (2006, p. 4), em período de abertura do milênio, que as promessas de um processo de globalização bem administrada, ampliando direitos e atingindo pessoas em diversos níveis e países, “o lado não apregoadado da globalização ao estilo americano é que ela está (estava e continua, grifos dos autores) deixando muitos em situação pior nos países industriais avançados”. A perda de direitos sociais, precarização do emprego, nuances de mercado de trabalho com flexibilidade e de aspecto temporário e compulsório, indicadores instáveis sobre miséria, pobreza e fome em âmbito mundiais são alvo de investigações e de pautas governamentais e não-governamentais.

Todo esse processo tem acontecido mesmo quando aumenta “o crescimento econômico porque a globalização exerce uma intensa pressão para a redução dos salários dos trabalhadores não especializados e menos especializados da força de trabalho. A dinâmica por trás disso pode ser facilmente percebida supondo-se uma informação perfeita em mercados globais”.

O movimento tautológico do capital, transformar o dinheiro de um meio de circulação em um fim em si mesmo, não pode ser ignorado.

O progresso técnico somente serve aos interesses de manutenção do processo de competição (leia-se acumulação e reprodução do capital) que podia ser assessorado pelos Estados Nacionais nesta lógica da economia empresarial quando os custos eram externalizados em contraposição ao processo de diminuição do trabalho abstrato inserido na produção (CAVALCANTI & SILVA, 2015, p. 71).

Não é possível negar a História. “Não se pode negar o conhecimento” (NAPOLITANO, 2019), o que foi configurado como fato social ou processo histórico, com base em fontes e registros, sejam visuais, orais ou textuais. Em realidade, aqui encontra-se outro elemento paradoxal e criador de desavenças. Daí uma abertura ao negacionismo histórico, termo em uso com destaque à produção historiográfica vinculada ao Holocausto ocorrido durante a II Guerra Mundial. Tal interpretação e visão também garantiram tomada de espaços e letras nos últimos anos na conjuntura brasileira. Conforme sinalizado por Napolitano (2019, p.A4), “não houve genocídio indígena, os portugueses nunca estiveram na África para fazer tráfico de escravos, não houve ditadura, não houve tortura. É a negação de um

evento em que há evidências fortes, testemunhais, materiais, documentais”.

Sempre um germinal revolucionário: O longo século XIX

Ao emergir, por volta de 1850, o socialismo era um movimento complementar à revolução iniciada pela burguesia, arrebatando-lhe o poder social exatamente como conquistara o poder político (PRZEWORSKI, 1989, p. 19).

As revoluções de 1848, compreendidas como parte do processo transformador e permanente iniciado com as Revoluções Francesa (1789) e Inglesa (1640), trouxeram para além do germinar de movimentos sociais, bases políticas e econômicas relevantes à contemporaneidade (PERROT, 2017; HUNT, 2009). Marcaram e deixaram claro para a burguesia que na conquista e manutenção do poder, os novos defensores da ordem social precisariam apreender na Política (República Democrática) os interesses imediatos e confessos do povo.

Nomeadas de “Primavera dos Povos”, pois como a primavera não durou, surgiram e pereceram como uma grande onda, deixando apenas a promessa de uma nova Ordem Social. Foi a primeira grande insurreição potencialmente global, envolvendo praticamente toda a Europa e exercendo influências marcantes na América Latina (Brasil e Colômbia). Os levantes mais duradouros e consistentes ocorreram em Paris (França) e, como nos demais países, o velho regime retornou ao poder, em dezembro de 1848, com apoio popular, nas mãos "ditatoriais" de Luís Bonaparte.

As revoluções de 1848 requerem um detalhado estudo por estado, povo, região (...) elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar. (...) Era a primavera dos povos – e, como a primavera, não durou” (HOBSBAWM, 2012, p. 33).

Para a burguesia assumir o domínio político teve que combater as instituições aristocráticas vigentes e criar novos instrumentais de organização e solidificação do individualismo - base da acumulação de capital e inalienação da propriedade privada concorrencial.

O próprio Karl Marx destacava que, ao analisar os resultados de 1848, o proletariado estava impossibilitado de levar adiante uma verdadeira confrontação com a "nova ordem" e, não obstante, ao invés do aparente e efêmero crédito, seu antagonismo com a burguesia tornara-se mais agudo (MARX, 1998).

O manifesto era convincente para uma estratégia de educação e consciência política imprescindíveis numa revolução que tenha por objetivo capital mudar a ordem vigente. O tema recorrente do movimento socialista desde então tem sido essa noção de estender o princípio democrático da esfera política para a social - que é, na essência, principalmente econômica. Portanto, surge a dúvida: fazer ou não uso das instituições políticas - burocracia, exército permanente e o Parlamento popularmente eleito (via de acesso para "estender" o processo de luta, ou seja, conquistar o Poder Político) - já existentes e, por conseguinte, adotar o voto como emancipação política para social?

Tal abordagem promove uma necessária digressão. Entre 1864 e 1943, as Internacionais foram decisivas para determinação dos valores e objetivos estratégicos dos trabalhadores. Compreendida como a Associação Internacional, essa federação foi responsável pela organização da classe trabalhadora - educação e consciência política - na difícil missão de conquistar o Poder.

Na Primeira Internacional (1864/1876), Karl Marx (1986) conseguiu estabelecer reivindicações de caráter cada vez mais socialista e firmar compromisso a favor da propriedade pública e do direito de voto da classe operária. Assim, ficou caracterizado - ver a justificção histórica no trabalho "A Guerra Civil na França" - que a concretização do manifesto pela emancipação da classe passa necessariamente pela adoção de formas efetivas de ação política. Neste caso, enunciavam Marx e Engels, incorporadas pela constituição da classe operária num partido político.

Salienta-se que somente em 1872, no Congresso de Haia, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou e confirmou em artigo estatutário, elaborado por Marx, que "a conquista do poder político se torna o grande dever do proletariado" (COLE, 1974).

Tal situação remete ao âmago reforma/revolução, pois

Se socialistas usassem a instituição do voto - estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo - para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender e garantir seus interesses?" (PRZEWORSKI, 1989, p. 21).

Nossa história contemporânea atesta essa asserção, consoante o conde Cavour de Piedmont, um dos principais arquitetos da "Itália única e unida" sonhada por Nicolau Maquiavel,

Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muito dos mais decididos opositoristas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliar-se aos flancos do partido conservador" (HOBSBAWM, 2012, p. 29).

A revolução seria, talvez seja, necessária como medida meramente defensiva - uma salvaguarda para a manutenção e legitimidade conquistada pelo voto, mas não o conturbado fim da história prescrito, pois, corroborando com as teses sobre a história de Walter Benjamin, o futuro não deve orientar-se como uma volta ao passado, mas de enriquecer a cultura revolucionária. “Não se trata de substituir Marx pelo socialismo utópico, pois o marxismo não tem sentido se não for também o herdeiro e executante testamentário de vários séculos de lutas e de sonhos de emancipação” (LOWY, 2005, p. 57).

Como bem discorreu Marx sobre a Comuna de Paris (1870), a classe operária não tinha estratégias reais para concretizar a idéia inicial de liberdade tampouco de igualdade (falaciosa e efêmera). Vale um adendo indicando que até o período contemporâneo, em países como o Brasil, isso não é válido. Contudo, as eleições também são úteis porque permitem às lideranças - sindicatos, instituições de classe e partidos - uma avaliação do fervor revolucionário das massas. O pleito eleitor tornou-se o indicador da maturidade da classe operária, como

argumentava Engels, com um necessário adendo, sob os auspícios da universalidade abstrata da forma mercadoria que caracteriza a representação simbólica da prática social na forma dinheiro.

A linha de argumentação seguida não se trata de um revisionismo para sustentar a emancipação social. Não está mais atrelada a missão civilizadora do capital, em favor da luta de classes e a vitória (de Pirro?) do movimento operário. Mas, em fomentar uma crítica categorial em favor da eliminação do processo de alienação e fetichismo da mercadoria (CAVALCANTI & SILVA, 2015, p. 75-76).

Somente com a Segunda Internacional (1889-1914) pode-se considerar, apesar da manutenção proeminente do movimento dos trabalhadores, uma base política real formada pelas massas. Essa situação se deve, em grande parte, pelo domínio exercido pela Social Democracia Alemã (SPD) no Congresso de Paris, em julho de 1889, e aos partidos a ela filiados (COLE, 1974)⁵. Entretanto, fundamentada no positivismo e alienada da Teoria da crise crítica do valor ou dissociação valor.

Quando as ações são belicosas, voltamos ao debate sobre (qual?) social democracia

Um breve retrospecto para ilustrar essa propensa emancipação serve aos nossos propósitos imediatos: nas eleições do Reichstag

⁵ Para detalhes do processo ocorrido dentro das reuniões e convenções que compunham a Segunda Internacional, verificar o capítulo dedicado ao tema em COLE (1974). Em toda a Europa Ocidental, o marxismo tomou a forma de social-democracia, organizando-se numa série de partidos nacionais, inclusive o SPD. Apresentava-se a luta de uns para fortalecer sua força parlamentar através de métodos constitucionais e outros em favor do voto para todos os homens, para poder em seguida seguir os passos do primeiro grupo.

(1874), os social-democratas obtiveram 350.670 votos. Em 1890, esse número aumenta para 1.400.000 e, em 1912, 4.200 milhões. Com relação aos filiados, houve um acréscimo de aproximadamente 163% entre 1895 a 1900, de 129.000 para 680.000, alcançando a marca surpreendente de um milhão de partidários no ano de 1912.

A I Guerra Mundial eclodiu e os princípios básicos da Internacional foram desrespeitados: a intervenção e término rápido da deflagração (BRAUNTHAL, 1961). Tal posição foi reafirmada nos Congressos que anteciparam a guerra, destaque para o da Basileia em 1912, que discorria sobre a utilização da crise político-econômica desencadeada para organizar e insuflar as massas em favor da derrocada do sistema e, por suposto, assumir o domínio da classe capitalista.

A configuração dada ao processo foi menos a de um congresso e mais uma manifestação contra a guerra. Entretanto, os partidos socialistas envolvidos

Tanto dentro como fora dos parlamentos, fizeram o máximo que puderam em protestos; mas a verdade é que não tinham forças para evitar o desastre. Nos países ocidentais não tinham nem força nem vontade para evitar a guerra pelo único meio que podia evitá-la: a revolução; e inclusive na Rússia a revolução veio não para evitar a guerra, mas como consequência dela" (COLE, 1974, p. 78).

Entretanto, diria Isaac Deutscher (1972, p. 102), "tais palavras haviam sido apenas um fino verniz cobrindo um nacionalismo profundamente enraizado". A proposta de internaciona-lização foi suplantada pelo zelo emotivo e organizado dos principais partidos da Segunda Internacional - não incluídos os partidos russos, sérvios e

húngaros; fiéis aos princípios da Internacional - que forneceram o estopim necessário para seus governos e renunciaram todo um período de expansão capitalista e de integração nacional do movimento operário.

Não podemos deixar de mencionar que algumas tentativas de reviver o compromisso assumido na Segunda Internacional foram proferidas por partidos de países neutros, no entanto, sem sucesso. Comprovada, sobretudo com base no ano de 1921, a força e influência dos partidos social-democratas tornaram-se decisivas para a caracterizada postura reformista dos movimentos de esquerda no século XX.

Como o reformismo começou a imperar em detrimento dos ideais revolucionários? O fato sustenta-se na seguinte característica histórica. A partir do final do século XIX, principalmente na Alemanha e na Áustria, os partidos social-democratas viveram um constante dilema: concentrar a luta pela emancipação da classe trabalhadora segundo os ditames das instituições políticas vigentes (uma medida mais aprazível em curto prazo, considerando que as conquistas obtidas seriam decorrentes das batalhas travadas no Parlamento burguês) ou em confronto direto para modificar a Ordem vigente e estabelecer não uma nova ordem, mas a "emancipação humana" (como definia o jovem Karl Marx em seus primeiros manuscritos - "Manuscritos econômico-filosóficos" e "A Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel").

A tarefa da história, desta forma, depois que o mundo da verdade se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A

imediate tarefa da filosofia, que está ao serviço da História, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se, deste modo, em crítica da Terra, a crítica da religião em crítica do Direito, e a crítica da teologia em crítica da política. Para com esse propósito alcançar a emancipação humana” (MARX, 2013).

Aporia revolucionária?

Apesar da análise crítica e acurada de pensadores políticos em relação à atuação política das massas, destacando Kaustsky, Hilferding, Rosa Luxemburg⁶ e Bernstein – todos representantes e ideólogos da Segunda Internacional -; essencialmente no tocante ao papel da violência na luta da classe operária e o direito manifesto às greves; foi a proposta apresentada por Otto Bauer no Congresso de Linz, em 1926, que limitou a participação das "milícias de trabalhadores", leia-se direito à greve e insurreição armada, apenas em última instância.

Expressando as bases socialistas do período, o desejo de perpetuar a essência das revoluções de 1848 ficou latente ou quase esquecido. Para reforçar essa premissa, apesar da perspectiva nuclear marxiana de revolução e formatação do Estado proletário, Friedrich Engels incentivava e até, segundo fatos históricos comprovados na avaliação de sua correspondência travada com Kautsky e Bebel (1890), estimulava os esforços estratégicos dos partidos social-democratas em conquistar, ampliar e manter representação eleitoral. Entrementes, um fato curioso merece destaque em nossa análise: a radical divisão do

⁶ Excluindo o (ainda que incipiente) contributo de Rosa Luxemburg, a reflexão teórica não conseguia fomentar o desenvolvimento ulterior das bases categorias da crítica da Economia Política marxiana. Para ampliar o debate vale consultar KURZ (2014).

partido entre duas facções intrínsecas a sua "estrutura corporativa": os membros e adeptos de um lado; e os líderes e funcionários do outro.

Um aburguesamento progressivo dos gestores e estrategistas do partido (MICHELS, 1965), ou seja, uma opção cada vez mais solidificada de Reformismo. Persiste, portanto, a ironia schumpeteriana:

Os ideais revolucionários podem impulsionar a História, mas não fornecem alimento nem abrigo (...) nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos" (SCHUMPETER, 1984, s.p.).

A organização e funcionalidade das instituições comandadas pelo Estado, democrata ou aristocrata (considerando o ideal de República e a caracterização corrompida/negativa da Democracia em Platão), inviabilizam qualquer tipo de insurreição armada, conforme assevera Marx, reduzindo-as apenas a desoladoras lutas étnicas. Arrefecem os questionamentos com relação à participação parlamentar contínua ser o único recurso disponível aos trabalhadores para emancipação política e extensão social. Somente com a representatividade política, fundamentam os teóricos da social democracia, os trabalhadores podem defender-se das sucessivas derrotas e inevitáveis repressões. Já em 1891, Kautsky (1971) admitia "que a luta econômica requer direitos políticos, e estes não caem do céu".

As conquistas obtidas com o sufrágio universal, contudo, são superficiais e frívolas se as massas não forem organizadas e auto-reconhecidas como classes de trabalhadores com interesses e necessidades inerentes as relações sociais de produção, circulação,

distribuição e, inequivocamente, as leis que as regem – o recrudescer da universalidade abstrata da forma mercadoria.

A participação eleitoral, retomando Adam Przeworski (1989, p. 26), apresenta um dilema cáustico quando afirma que "faz-se necessária se o movimento pelo socialismo pretende obter apoio junto aos trabalhadores; contudo, essa mesma participação parece obstruir a consecução de seus objetivos finais".

Citando Luxemburg (WATERS, 1970, p. 202), como referência justamente à essência do conflito vivenciado nesse momento histórico, pode-se assinalar que "a luta política é conduzida não pelas massas, por intermédio da ação direta, mas em conformidade com a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo". A aporia revolucionária intrínseca a agenda dos partidos social-democratas que, à luz da ação histórica, foram e são - considerando sua constante evolução em pleno século XXI, com relação aos interesses imediatos -, a principal forma de organização política da classe operária e, portanto, de sua alienação (leia-se fetichismo da mercadoria).

Neste contexto de recuperação modernizadora – ou de insustentabilidade capitalista atual -, nem Engels poderia assegurar que essas contínuas intensificações do ideário socialista seriam conduzidas pelos social-democratas, ainda mais se destacarmos a inquestionável sobrevivência do capitalismo frente às constantes variações cíclicas até a derradeira revolução microeletrônica dos anos 1990.

Sob a reorientação do Estado, leia-se regulamentação do mercado de capitais e controle fiscal, acreditam que o sistema

de reprodução social renascerá das cinzas históricas do eterno presente com uma configuração mais humana, ou seja, a propaganda “economia socialista de mercado”. Novamente, uma ramificação do paradoxo da modernidade que alude à vitória indiscutível da Democracia Liberal e não atenta para a constatação da teoria crítica ao afirmar que o Mercado e o Estado são dois pólos do mesmo campo histórico (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p. 146).

Retomando, para tornar efetiva e promissora as intervenções parlamentares, os partidos social-democratas tiveram que abrir espaço para outras formas de representação não exclusiva aos operários. Com precisão, o perfil consolidado nas internacionais, a partir do século XX, apresentou uma diminuição de trabalhadores na composição partidária.

Para ilustrar a linha interpretativa sugerida nessa passagem, pode-se inferir que, no caso específico do SPD (Partido da Social Democracia Alemã), em 1912, 90% dos membros do partido eram trabalhadores; 60%, em 1930; e, em 1977, apenas 27%. Em realidade, a participação da classe trabalhadora foi diminuindo ao longo de meio século de maneira expressiva e contínua.

O poder do sufrágio torna-se a ferramenta capital de articulação e conquistas de uso das instituições políticas existentes ao mesmo tempo em que fortalece o incongruente paradoxo: a participação ativa e nuclear de trabalhadores nas definições dos interesses imediatos frente à manutenção e fortalecimento partidário sob o jugo das instituições políticas existentes (HUNT, 2009).

Tal assertiva corrobora na análise que, ao abrir participação partidária para outros grupos sociais para viabilizar maioria política, além da possível supressão da classe operária, o partido social democratas afastavam-se cada vez mais da utopia revolucionária e

promoviam implicitamente o recrudescer das inspirações reformistas em um cenário democrata.

A classe organizada em partidos políticos, mas fragmentada em cooperativas, associações de bairro, clubes etc., não aparece como um agente único em conflitos históricos pelo poder e, se as instituições políticas servem a representação; "as massas" não agem diretamente em defesa de seus interesses ao permitirem a desmobilização e submeterem-se aos "interesses de seus dirigentes".

O problema da esquerda revolucionária não é que suas oportunidades jamais se apresentam, mas que as condições normais em que ela deve operar impedem-na de desenvolver movimentos tendentes a aproveitar os raros momentos em que é chamada a agir como revolucionária" (HOBSBAWM, 1973, p. 14-5).

Serão, todavia, seguindo os pressupostos de Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Jean Jaurès, a democracia representativa e a social democracia os veículos para o socialismo real? Como estabelecer estratégias em longo e médio prazo se as necessidades políticas são imediatas e, inequivocamente, únicas neste momento histórico? Reinventar o Estado, reavaliando os postulados de Platão, Hobbes, Maquiavel e Rousseau ou compreender as disparidades e pluralidade dos sujeitos históricos no discernimento político?

Quando tempos históricos se mesclam: Falácias ou aporia do capital?

A democracia é, respeitando o postulado em "Uma discussão célebre" (BOBBIO, 2010), uma indiscutível oportunidade para

movimentos totalitários, a confirmação de uma sociedade sem classes e a manutenção das instituições políticas vigentes - principalmente se destacarmos o universo latino-americano.

Um bom exemplo para ilustrar essa afirmação, buscando suporte teórico em Hannah Arendt (2009), são as duas significativas ilusões dos países democráticos em relação ao nosso debate. Primeiro destaca a participação ativa do povo no processo político e, por conseguinte, a simpatia de todo indivíduo por um partido ser pífia e momentânea - não ativa e eloqüente - com o objetivo de conquistar o poder. Segundo, as massas, apesar de indiferentes frente ao processo político, são de suma importância para alcançar a sonhada liberdade, pois constituem o pano de fundo para a vida política da nação.

Ainda constituindo situação ambígua, a previsão de Engels, proferida em 1895, parece confirmar-se. A última década do século XX e o início do século XXI aludem que a vitória nas urnas da social democracia é inquestionável na maioria dos países que compõem a Tríade - com destaque para Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos (em especial a Gestão Clinton - 1993/2001 - e o socialismo de cunho democrático na administração Obama iniciado em 2009). Sem olvidar das experiências modernizadoras, aqui a menção é a constante preocupação em estabelecer uma estratégia de Estado para inserção competitiva no Mercado global, dos partidos social democratas em terras iberoamericanas (Portugal, Espanha, Brasil, Chile, Uruguai e Argentina). Mas, até o momento, o progresso eleitoral não garantiu uma

conquista político social (estruturada na economia) que assegure a confirmação do socialismo.

Tal acontecimento ocorre devido ao fato de que, conforme comprovado nos últimos trinta anos, a democracia contém um dispositivo impreciso que atua automaticamente no sentido de acentuar a ambígua oposição ao processo de reprodução/acumulação de capital e, também, de combater as desigualdades acentuadas pelo sistema.

Para determinar esse dispositivo em favor do socialismo e impedir o fortalecimento da falácia democrática, a classe trabalhadora deve seguir a instrução dos movimentos revolucionários burgueses, que derrotaram as instituições aristocráticas nos séculos XVIII e XIX, e combater as ramificações da Ordem Vigente. Por isso, as relações entre política e economia são reforçadas e ganham debates profícuos. As tensões em relação à categoria classe fomentam, para além de direitos – construídos ao longo do século XIX para o que concerne o mundo do trabalho -, mas consolidam ainda a ambiência estrutural do capital. A entrada no século XX irá incrementar análises e investigações sobre questões sobre desenvolvimento x Crescimento, ademais da abordagem sobre supressão da pobreza.

A Economia, como ciência e produção crítica, ocupa espaço para compreender e auxiliar nos processos de diminuição da pobreza (em pleno século XXI, o discurso proferido pela Organização das Nações Unidas sobre objetivos de sustentabilidade versaram sobre erradicação

da pobreza⁷). Conforme já elencado anteriormente, a análise e busca por explicações sobre o sistema capitalista e seus impactos sociais, ambientais, humanos são contraproducentes sem atentar para o fenômeno da universalidade abstrata da forma mercadoria.

Vale recuperar os pressupostos do Manifesto Comunista de 1848, onde Marx discorre sobre a necessária conscientização e educação política da classe operária como motores indispensáveis para a revolução real e acentuar o desenvolvimento da teoria revolucionária ulterior para além da falácia social democrata em consonância com a lógica monetária.

Em outras palavras, para revolucionar é necessário, antes de qualquer coisa, sugere o consagrado escritor norte-americano Henry Thoreau, transformar as instituições políticas vigentes e pregar a "desobediência civil" em favor de uma forma de governo real, não ideal e utópica, que faça luz para construção de um

Estado que abrigasse essa espécie de fruto, aceitando-lhe a queda mal amadurecesse, e abrindo caminho para outro ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas ainda não vi em parte alguma. (...) Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que este reconheça o indivíduo como o poder superior e independente, do qual deriva todo o seu próprio poder e autoridade, e o trate de acordo com isso. Apraz-me imaginar um Estado que por fim pode se permitir ser justo para com todos os homens, e tratar o indivíduo com o respeito que lhe merece um vizinho; que até não julgaria incompatível com seu próprio sossego se uns poucos sujeitos fossem viver à parte, não se imiscuindo com ele, não

⁷ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram consolidados, em setembro do último ano, composto por dezessete objetivos e as cento e sessenta e nove metas proposta por agenda aprovada. Foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agenda anterior estabelecida pela ONU e contemplam a base sobre Direitos Humanos, portanto, são integrados e indivisíveis (HUNT, 2009).

abarcados, mas cumprindo todos os deveres de vizinhos e companheiros" (THOREAU, 2001, p. 345-6).

Ademais, sob influência da teoria da crítica do valor, repensar a política, não mais como um mecanismo de regulação e mediação das relações sociais de produção, mas como uma motivação fundamental do pensamento voltada para compreensão e suplantar das questões sociais (desigualdades) à luz da liberdade, do criar o novo na esfera pública (em alteridade com o espaço privado do poder).

A política encontra-se reduzida ao papel indispensável, mas subordinado, que é estruturalmente o seu na sociedade da mercadoria, ainda que, durante boa parte do século XX, as necessidades ligadas à fase ascendente dessa sociedade (superação das formas pré-capitalistas, integração de toda a população na lógica da mercadoria) tenham feito parecer mais importante o papel da política. (JAPPE, 2014, p. 28-29).

O repensar da política é uma necessidade emergencial. O reconhecimento de todos os sujeitos à revolução, reiterando o aludido em Thoreau, não pode ser confundido (apenas) como o recrudescer da organização democrática desta mesma política, mas da superação deste hiato entre o passado e o futuro que demarca a pobreza da nossa compreensão do “pretérito mais que presente”.

Entre a aporia revolucionária e a *poíesis* reformista encontra-se a verdade no pensamento:

O pensamento não começa num ponto zero, excepto no caso de extremamente ignorantes e, “na verdade”, nem sequer no caso destes. Encontra-se sempre algo já pensado juntamente com as pretensões de validade intentadas (...). No entanto, estas pretensões de validade nunca são incontestáveis. Não existe um processo de pura descoberta da verdade que se tenha desenvolvido em perfeito sossego com critérios seguros, pelo contrário, os argumentos para a determinação

conceptual e analítica são atravessados por pressupostos, condicionamentos e motivações mais ou menos conscientes, que por sua vez se tornam eles próprios um problema da verdade à segunda potência, num metaplano (KURZ, 2014).

Referências

- AMIN, S. *Capitalism in the Age of Globalization*. Londres: Zed Books, 1997.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Ed. UnB, 2010.
- BRAATHEN, Einar & DEAN, Hartley. *Antiglobalização e antiestatismo: Desafios emergentes ao papel do Estado na redução da pobreza*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, março de 2003.
- BRAUNTHAL, Julius. *History of the Internationals*. New York: Westview Press, 1961.
- CAPORASO, J. The European Union and Forms of State: Westphalian, Regulatory or Post Modern?. *Journal of Common Market Studies*, 34, 1996. Available <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5965.1996.tb00559.x> Acesso em 06 fev. 2021
- CAVALCANTI, Vanessa & SILVA, Antonio Carlos da. Em tempos incertos e emergências sociais: Para uma crítica da ética, Instituições e Direitos Humanos no Brasil. *Anais do I Encontro sobre Sociologia do Direito e da Justiça*. Coimbra: Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, janeiro de 2016.

CAVALCANTI, Vanessa & SILVA, Antonio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura” emancipatória. *Revista Dialética*, v.6, n^a 5, junho de 2015, p. 66-78. Disponível em [http://revistadialetica.com.br/wp-](http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf)

[content/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf](http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf)

CAVALCANTI, Vanessa & SILVA, Antonio Carlos da. Crise Global: Reflexões sobre a sociedade do espetáculo ao ritmo do capital. *Portuguese Studies Review*, 18 (2), 2011. Disponível em http://www.maproom44.com/psr/bk_issues.html

CIMADAMORE, Alberto. Ciências Sociais e pobreza: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, J. et al. *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2003.

CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley & SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). *A Pobreza do Estado: Reconsiderando o Papel do Estado na Luta Contra a Pobreza Global*. São Paulo: CLACSO, 2006.

COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1974.

DEBORD, Guy. *In girum imus nocte et consumimur igni* (1978). 100 min.

DEUTSCHER, Isaac. *On Internationals and Internationalism*. Marxism of our time. Londres: Ramparts Press: 1972.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital* (1848/1875). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

- HOBBSBAWM, Eric J. Poverty. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: 1968.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Revolutionaries*. New York: New American Library, 1973.
- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: Uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- JAPPE, Anselm. *Uma conspiração permanente contra o mundo: reflexões sobre Guy Debord e os situacionistas*. Lisboa: Antígona, 2014.
- KAUTSKY, Karl. *The class struggle*. New York: W. W. Norton, 1971.
- KURZ, Robert & SCHOLZ, Roswitha. *Poder Mundial e dinheiro mundial*. Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- KURZ, Robert. *A luta pela verdade*. O Beco, 2014. Disponível em <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz411.htm>. Acesso em 24 jan. 2021.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
- KURZ, Robert. *Poder mundial e dinheiro mundial*. Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- LOWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *A contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Global, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo en el siglo XXI*. Valencia: Vadell Hermanos/CLACSO, 2006.
- MICHELS, Robert. *I partiti politic, studio sociologico delle tendenze oligarchiche nella democrazia moderna*. Bolonha: Il Mulino, 1965.
- NAPOLITANO, Marcos. Não se pode negar o conhecimento. *A Tarde*, Salvador, 28 de abril de 2019, p. A4. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2055203-nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp> Acesso em 30/12/2020
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- STIGLITZ, Joseph E. Fim do começo do fim da pobreza. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/7/2005.
- STIGLITZ, Joseph E. Globalização produz países ricos com pessoas pobres. *O Estado de São Paulo*, 27/9/2006.
- THOREAU, Henry D. *A desobediência civil*. Walden ou a vida nos bosques. São Paulo: Aguariana, 2001.

WATERS, M. *Rosa Luxemburg speaks*. New York: Pathfinder Press, 1970.